

## A Paixão pelas Bibliotecas

*Eugénio Lisboa*

As relações de poder com o saber têm sido, ao longo da história, um pouco voláteis. Símbolo desta volatilidade é Júlio César, simultaneamente acusado do incêndio da esplendorosa biblioteca de Alexandria e louvado por ter planeado a criação de uma biblioteca pública, de cuja realização encarregou o escritor e erudito Marcus Terentius Varro, também autor de um tratado sobre bibliotecas a que deu o título *De bibliothecis*.

As bibliotecas - as da espécie pública e as da espécie privada - vêm de muito longe, embora as grandes unidades nacionais sejam da criação dos séculos XVII e XVIII, sobretudo deste último.

Diz-se que a primeira biblioteca privada foi a de Aristóteles, datando aproximadamente do ano de 334 a.c. Eurípides e Platão também tiveram boas bibliotecas e supõe-se que Marco António ofereceu o acervo de 200 000 volumes dos reis do Pérgamo, como presente, a Cleópatra. A tradição atribui, por outro lado, a criação da primeira biblioteca pública, em Atenas, ao tirano benfeitor, Pisístratus (em 540 a.c), mas a primeira biblioteca pública que ainda hoje sobrevive é a do Vaticano, fundada em 1450. Em Boston abriu-se uma biblioteca pública já no ano remoto de 1653, e Benjamin Franklin propôs a criação da Companhia da Biblioteca de Philadelphia em 1731. Entre as mais famosas bibliotecas de que a História nos dá conta, encontrava-se a de Alexandria, fundada por Ptolomeu e contendo 700 000 volumes.

Já vimos que Júlio César, ao invadir o Egipto, em 47 a.c, provocou nela um incêndio que, em parte, a destruiu. Quatrocentos e tal anos mais tarde, em 391 d.c, os árabes deram cabo do resto, queimando metodicamente, e de boa consciência, o que ficara intacto dos estragos produzidos pelo autor do *De Bello Gallico*, com o fim simpático de aquecerem os 4000 banhos públicos da cidade. Deram, de resto, como justificação de tal boa consciência para o massacre produtor de calorías o facto de os livros serem perfeitamente desnecessários, porquanto tudo o que valia a pena saber se encontrava registado no Corão. Um livro basta quando nele se encontra tudo.

Uma das maiores bibliotecas do mundo é a Bodleian, de Oxford, fundada, desenvolvida e financiada por Sir Thomas Bodley (1545-1613), que lhe dedicou cerca de vinte anos de vida, de suor e de não pouco dinheiro. A enriquecê-la, está ali, ainda hoje, no exílio, há centenas de anos, o espólio do Bispo do Algarve, D. Fernão de Mascarenhas, alegremente apropriado pelo Conde de Essex que, em 1596, incendiou e saqueou Faro para maior gloria da rainha Elizabeth I que, aliás, mais tarde, lhe mandou cortar a cabeça, não por causa do saque, que até lhe agradeceu, mas por ele se ter rebelado contra ela, facto difícil de aceitar, mesmo por uma rainha que sempre lhe mostrara um acentuado fraco, não se sabe se totalmente platónico.

A aquisição, por compra, da biblioteca de Thomas Jefferson, contendo, na altura, 6457 livros, veio a constituir o núcleo da que hoje é conhecida por Biblioteca do Congresso,

depois de o acervo original da Biblioteca Nacional, em Washington, ter sido destruído pelo fogo, em 1814.

A biblioteca mais estranha de que há memória pertenceu ao grão-vizir da Pérsia, Abdul Kassem Ismail, que viveu entre 938 e 995. Consistia este bizarro acervo em 117 000 livros acomodados, por ordem alfabética às costas de 400 camelos que marchavam em ordem fixa, acompanhando o culto vizir nas suas viagens. Raramente a devoção aos livros se terá materializado de modo tão intensamente empenhado. Mas, nisto, de bibliotecas *ily en a de toutes les couleurs*, como dizem os franceses. Um dos mais curiosos formatos é o do Reading Room, em St. Louis, Missouri, que é uma sala de massagens, onde o cliente paga doze dólares ou coisa parecida, por vinte minutos, durante as quais uma hospedeira nua se limita a ler-lhe passagens de literatura erótica ou mesmo pornográfica. Para esta oferta contemporânea há ilustres precedentes, entre os quais destacaria o caso de Hortênsia, uma das prostitutas preferidas do sábio Dr. Johnson, a qual «se passeava no parque, para cima e para baixo, recitando um livro de Virgílio».

No que diz respeito a bibliotecários, havia uma antiga tradição - injusta - que os considerava, em geral, como homens de pouca cultura. A este propósito, é até costume citar-se o par de versos de Edward Young: «*Unlearned men of books assume de care / As eunuchs are the guardians of the fair.*» («*Homens incultos dos livros o cuidado assumem / como os eunucos guardas de mulheres se presumem.*») Nada menos verdadeiro, isto é, nada menos em sintonia com a força dos factos. Bibliotecários foram-no gente da filosofia e da ciência, como Leibnitz ou David Hume, do teatro, como August Strindberg, poetas como Archibald MacLeish ou gente de vária extracção como Casanova ou o Papa Pio XI (antes de ser papa) ou ainda, se quisermos entrar pelo notório dentro, gente como Mao-Tse-Tung ou o famigerado J. Edgar Hoover, criador do FBI, de pouco augusta memória. Seha como for, tudo gente de peso e nada em acordo com a versalhada caluniosa de Young.

O agenciamento das majestosas colecções de livros que são a British Museum Library, onde Marx placidamente se documentou com o fim perverso de nos retirar, a nós, a placidez, a Bibliothèque Nationale de Paris que evitou a Sartre, durante muito tempo, possuir uma biblioteca pessoal e ensinou a Montherlant o duvidoso prazer de experimentar «La puanteur de la culture», a Biblioteca do Congresso, em Washington, em parte devorada pelo fogo devido a um bombardeamento, em 1814, e a Biblioteca Lenine, em Moscovo, fundada já depois da revolução de 1917 e aberta, de boa vontade, sobretudo a quem não fosse politicamente mal comportado - poderiam levar-nos a supor que **poder** e **saber**, além de rimarem, convergem e dão-se, frequentemente, as mãos.

Nada menos verdadeiro. Poder e saber rimam, mas nem sempre convergem. O poder tem sabido, ao longo dos séculos, debitar a retórica apropriada ao aparente encorajamento do saber, mas tem tido o cuidado de não exagerar por aí além o seu entusiasmo pelos produtores do dito saber e seu instrumental adjacente.

O mesmo poder que financia bibliotecas públicas tem ocasionalmente proibido a leitura de livros e até mandado queimar alguns de leitura julgada pernicioso. Eu possuo, gulosamente, um livro publicado em Paris em 1769 e intitulado *Traité de Métaphysique, mais très raisonnable*, da autoria de um misterioso Dr. Obern, que se sabe hoje ter sido um pseudónimo de Voltaire. O livro foi queimado em praça pública, a mando do Parlamento de Paris, tendo sobrado, do holocausto, apenas oito espécies, de que uma me veio,

milagrosamente, parar às mãos (a troco, se quiserem saber, de quarenta contos, que paguei sem pestanejar). Guardo o exemplar como aviso, não vá eu sentir-me demasiado seguro ao ponto de me tornar descuidado - vivemos felizmente em democracia e, sinceramente, creio que esta veio para ficar, mas o exemplarzinho de Voltaire contribuiu de vez em quando, para dar maior sobriedade aos meus entusiasmos naturalmente desvairados.

As minhas consultas de bibliotecas públicas, no tempo em que era estudante (o mesmo é dizer: no tempo em que os animais falavam) não foram exactamente felizes. Uma vez, no começo dos anos cinquenta, a minha curiosidade mórbida levou-me à Biblioteca Nacional de Lisboa, onde quis ler um romance do Régio - *o Jogo da Cabra Cega* - que aparecia indicado nas várias bibliografias do autor como estando eufemisticamente, *fora do mercado. Ora, fora do mercado*, pensei eu então, com pervertida inocência, não é o mesmo que *proibido*. As bibliotecas até servem precisamente para nos permitirem consultar aquelas espécies que o mercado, de momento, não faculta. Timidamente, com aquela insegurança que o antigo regime fomentava em nós, fiz a requisição do livro ao funcionário de serviço. Um senhor fechado num silêncio feio e fundamentalista olhou-me com cara de poucos amigos, deixando claro que me achava suspeito, e foi-se à procura do livro. Pouco depois, regressou e olhou-me com olhar mau: no seu rosto, já não se lia suspeita; o que ele sentia agora, a meu respeito, eram certezas - e não eram certezas boas. Abanou a cabeça e proferiu esta coisa ambígua: «Não.» Irritantemente, perguntei-lhe: «Não, o quê? Não tem?» Voltou a responder: «Não.» Insisti: «Mas o livro foi publicado em Coimbra. Não existe depósito legal?» Respondeu-me, por fim, já à beira de me mandar prender: «Não pode ler. Não está disponível.» Como se vê, imitando «o amor que não ousa dizer o seu nome», dos bons tempos de vitorianos, o antigo regime, em termos de Biblioteca Nacional, adoptava a figura soturna de uma censura que não ousava dizer o seu nome: os livros não eram *censurado*, limitavam-se a *não estar disponíveis*.

A censura, porém, não era o único problema. Nas bibliotecas públicas, nas bibliotecas da universidades, a falta de espécies era simplesmente aflitiva. As frustrações e as negas que então se apanhavam fazem-me hoje recordar uma saborosa observação feita por este *sage* impertinente que se chamou Oliver Wendell Holmes, no seu livro célebre *O Poeta à Mesa do Pequeno-Almoço*: «A minha experiência com bibliotecas públicas», notava Holmes, «diz-me que o primeiro volume da obra de que eu preciso está sempre emprestado, a não ser que aconteça eu querer o segundo e, nesse caso, é esse que está emprestado.» O pior ainda não era não haver os livros ou não os haver temporariamente - o pior era o gozo infinito que a nossa frustração dava ao bibliotecário que não dispunha da espécie requisitada. O sadismo da nega era dez vezes pior do que a própria nega.

Todo o utente de livros constituía uma ameaça, ou era mesmo um inimigo declarado. Não se tratava, peço que me acreditem, de um fenómeno português: era um fenómeno folgadoamente universal. Os bibliotecários, alguns deles pelo menos, não gostavam de emprestar livros. Um conhecido bibliotecário de Cambridge costumava dizer, com convicção: «Acolhemos de bom agrado os leitores que vêm para aqui dormir. Um leitor que dorme é uma ameaça muito menor para os livros do que um leitor acordado.» A biblioteca como dormitório, eis um uso, sem dúvida, original. Mas não é o único: há quem a tenha usado como clínica de desintoxicação: no célebre romance de Scott Fitzgerald, *O Grande Gatsby*, diz o personagem, a certa altura: «Estive bêbado uma semana inteira e pensei, então, que talvez me fizesse bem sentar-me numa biblioteca.» Por outro lado, o facecioso Finley Peter Dune tinha, do que é realmente importante numa biblioteca, uma opinião fortemente idiossincrática, quando afirmava: «A primeira coisa a considerar, numa

biblioteca, são as prateleiras. De tempos a tempos, estas talvez possam ser decoradas com literaturas. Mas as prateleiras são o principal.»

As bibliotecas, a verdade deve dizer-se, não têm sido necessariamente a prioridade número um, mesmo de governos de países considerados esclarecidos. Por isso, já o sanguíneo Thomas Carlyle, autor de um celebrado livro sobre a Revolução Francesa e de outro sobre *Os Heróis*, se queixava, com não pouco azedume, nestes termos: «Que falta sinto de bibliotecas, de livros onde ir procurar factos. Por que razão não existe uma biblioteca de Sua Majestade em cada uma das cidades da província? Existe uma prisão e uma força de Sua Majestade em cada uma daquelas cidades.» Convenhamos que a queixa, embora com aparências de alguma legitimidade, é despropositadamente irrealista: não pode nem deve comparar-se a insignificante necessidade de ler com a insigne importância de enforcar. O celebrado autor de *Os Heróis* tinha, na realidade, uma visão grotescamente distorcida do mundo em que vivia. Note-se, ainda por cima, que Carlyle vivia em Londres onde, apesar de tudo, os recursos bibliotecários não escasseavam assim tanto, muito embora não fossem o que são hoje. Por outro lado, qualquer tentação que possa haver de se atribuir ao temperamento sanguíneo do autor de *Os Heróis*, o seu impetuoso desabafo cai por terra quando reparamos que outros grandes espíritos ingleses se queixaram exactamente do mesmo e em termos não menos ácidos: «Que preocupações temos nós, como nação, com os livros?», perguntava o celebrado John Ruskin, autor do *Sesame and Lilies*, que Proust traduziu. E continuava: «Quanto pensam vocês que gastamos, no total, com as nossas bibliotecas, públicas e privadas, comparado com o que gastamos com cavalos?» A pergunta era pertinente, embora ligeiramente herética, num país em que quase toda a gente, incluindo a família real, prefere folgadoamente os cavalos aos livros. O aristocrata Lord Samuel, que definia uma biblioteca como mero pensamento arrumado em armazém frigorífico, não andava longe de exprimir um sentir bastante generalizado. Foi talvez por isso que o primeiro-ministro favorito da Rainha Vitória, Benjamin Disraeli, não se acanhou de afirmar que «os livros são a maldição da raça humana», tendo agravado, sem escrúpulos, a intensidade da maldição, com alguns da sua autoria.

O desprezo pelos livros, naquela ilha de grande e não rejeitada originalidade, não se fica aliás por aristocratas e primeiros-ministros. Um grande poeta inglês do século XX. Philip Larkin, ainda por cima bibliotecário, durante décadas, na Universidade de Hull, associava-se de bom grado ao ultraje, afirmando, como quem restitui vigor à língua de Shakespeare, que «os livros são um monte de trampa». E o grande psiquiatra inglês R. D. Laing, autor de alguns livros que alcançaram justa fama, gostava de propor que «poucos livros são, hoje em dia, perdoáveis». Sem falar no impagável Peter Ustinov que, virando o bico ao prego, nem por isso mostrava menos quão pouco a sério levava os livros e os seus autores (de que ele era um): «Livros, não percebo o que é que as pessoas vêem neles... Ainda consigo perceber que uma pessoa os leia, mas o que não consigo, juro-o pela minha vida, é perceber por que é que as pessoas os escrevem.»

Neste negócio do ultraje ao livro, quase ninguém sai inocente. As próprias bibliotecas que, em princípio, os acolhem e os acarinhos, voltam-se ocasionalmente contra eles, em impero assassino: em 1939, a obra-prima de John Steinbeck, *The grapes of Wrath (As vinhas da Ira)* foi queimado, com fúria, pela biblioteca pública de St. Louis, no Missouri. Porque a verdade é esta: a história documenta, de maneira dramática, que os homens gostam alguma coisa de livros mas alimentam, secretamente, o desejo de os queimar.

O campeão queimador foi, indiscutivelmente, o imperador chinês Shi Huang Ti (259-210 a.c), que enterrou vivos 460 académicos e, do mesmo passo, mandou queimar todos os livros existentes no seu reino, excepto um exemplar de cada um deles que fez depositar na biblioteca geral. Mesmo estes, planeou destruí-los antes de morrer, pensando que, se todos os registos desaparecessem, a história da China principiaria com ele. Lógica de ferro, como se vê.

Temos, infelizmente, o reverso da medalha, isto é, provas irrefutáveis, comoventes e até sublimes de amor aos livros e às bibliotecas: «Quando tenho um bocadinho de dinheiro», dizia Erasmus, «compro livros e, se me sobra algum, compro, então, comida e roupa.» O grande romancista americano Ross Macdonald gostava de dizer esta coisa esplendorosa que aqui deixo como emblema aos bibliotecários: «Um bom livro numa estante é um amigo que nos volta as costas e continua nosso amigo.» Os livros exercem sobre os que aprendem a amá-los um tal fascínio e dão-lhes um tão violento desejo de posse que, muitas vezes, não há princípios de moral que resistam. Por isso Anatole France aconselhou um dia: «Nunca emprestem livros, porque nunca ninguém os devolve: os únicos livros que tenho na minha biblioteca são livros que outras pessoas me emprestaram.» E o mesmo Anatole France, nado e criado junto aos alfarrabistas de Paris, falava dos livros como se fala de um corpo sensual de mulher: «Não há verdadeiro amor», dizia ele, «sem alguma sensualidade. Só se consegue encontrar a verdadeira felicidade com os livros, quando os podemos acariciar. Sou capaz de conhecer um verdadeiro bibliófilo pelo modo como manuseia os livros.» E um biógrafo do autor de *Le crime de Sylvestre Bonnard*, David Tylden-Wright, observou um dia acerca deste seu amor pelos livros: «Ver bons livros em mau estado parecia a Anatole uma indignidade, um insulto à sua profissão. Era quase tão mau como ter encontrado o próprio Voltaire acorocado à esquina de uma rua, a mendigar.»

Os testemunhos acumulam-se, desde o grito do grande poeta americano, Walt Whitman: «*Shut not your doors to me, proud libraries*» («Não me fechem as vossas portas, ó bibliotecas altivas»), até à máxima condensadamente expressiva de George Dawson, numa alocução durante a inauguração da Free Library de Birmingham: «Uma grande biblioteca contém o diário da raça humana.»

William Ellery Channing, no seu livro *Self-Culture*, vê nas bibliotecas um elemento estabilizador e di-lo em termos eloquentíssimos: «A difusão destes professores silenciosos, os livros, pela comunidade inteira, operará maiores efeitos do que a artilharia, a maquinaria e a legislação. A sua influência pacífica substituir-se-á às revoluções turbulentas. A cultura, que deverá espalhar-se, do mesmo passo que é um indizível bem para o indivíduo, deverá também trazer a estabilidade das nações.» Optimismo exagerado, creio eu, mas é também um facto - ainda há pouco reafirmado com a devida força, em Estocolmo, numa conferência intergovernamental sobre políticas culturais promovida pela UNESCO - que ninguém hoje acredita em desenvolvimento de nações que se não apoie em sólido desenvolvimento cultural. E que não há paz garantida que se não apoie em desenvolvimento equitativamente distribuído. Se isto, só por si, não é promessa de paz, a falta disto é, por certo, promessa de guerra. Sobre o valor quase nítido das bibliotecas, o seu valor que quase transcende o próprio homem, não resisto em trazer-vos aqui a bela e celebrada passagem de Um texto de Borges que confere à Biblioteca (com B maiúsculo) um vida para além da vida humana: «Talvez a velhice e o medo me enganem», diz o autor de *Ficciones*, «mas suspeito que a espécie humana - a única - está para se extinguir e que a Biblioteca permanecerá iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.» Texto absurdo, se quiserdes, em termos

de puro realismo, mas desvairadamente poético - e uma belíssima homenagem à perenidade, que nada garante e provavelmente não existe, das bibliotecas... Outro aceno reverente ao valor promotório destas instituições já milenárias encontra-se na fala de um personagem da comédia de Richard Sheridan, *The Rivals*, quando afirma: «Uma biblioteca ambulante, numa cidade, é uma árvore eternamente verde e de diabólico saber! Floresce ao longo do ano todo!»

Dito isto, não queria deixar de observar que não chega ter todo este saber disponível, seja nas bibliotecas propriamente ditas, seja na já famosa internet. A crença no valor automático e fulgurante das novas tecnologias de informação peca por ingénuo. Também já se acreditou que o cinema e a televisão operariam, nas escolas, o milagre de que todos continuamos à espera. Criar *depósitos de conhecimento* não é suficiente para promover a *partilha de tal conhecimento*. Ter em casa a *Enciclopédia Britânica*, em prateleiras bem arrumadas, nunca deu cultura a ninguém. Ter a internet à nossa disposição também, só por si, não opera milagres. O milionário americano de um célebre romance de Huxley, na falta de poder dominar o conhecimento científico «adquiria» ou comprava sábios que ficavam confinado, ao seu dispor, no castelo onde pretendia que descobrissem, para ele, o segredo da imortalidade terrena. E o milionário do *chewing gum*, William Wrigley, ao mobilar o seu sumptuoso apartamento, em Chicago, deu a seguinte ordem à secretaria: «Meça-me aquelas prateleiras com um metro e compre-me os livros suficientes para mas encher», acrescentando, com minúcia de empresário, as seguintes especificações: «Arranje-me uma data de livros de um verde e um encarnado vivos e com uma batelada de letras douradas. Quero uma vista catita.» Melhor do que isto, só mesmo o conselho dado pelo *Gough's Book of Etiquette* aos possuidores de bibliotecas, nos recatados e não pouco hipócritas tempos vitorianos: nunca colocar nas prateleiras livros de autores que fossem homens casados lado a lado com livros cujos autores fossem mulheres. Tratava-se, como é óbvio, de evitar «relaxações», para usarmos a imortal palavra da Titi de *A Relíquia*.

Temos, em ambos os casos extremos que acabo de citar, um uso perverso dos livros ou uma arrumação peculiar dos mesmos para satisfazer preconceitos ou repressões patológicas. A informação, de qualquer modo, não nos chega ao cérebro pelo simples facto de existir. O saber não nos penetra por osmose ou por simples aspiração. O romancista inglês E.M. Foster costumava dizer que algumas tribos selvagens tentaram absorver o conteúdo dos livros, comendo-os, mas consta que o resultado não foi famoso. As bibliotecas, os CD—ROM, a internet não são *conhecimento*: são apenas *informação* que só o nosso esforço porfiado e inteligente poderá eventualmente converter em conhecimento.

Quantas e quantas pessoas não requisitam, nas bibliotecas, livro atrás de livro, que trazem para casa com a intenção de ler e por ali deixam a arrastar-se sem que o seu conteúdo se transforme realmente em conhecimento? O meu amigo e admirável cronista Onésimo Teotónio de Almeida, que muito admiro, conta, numa das suas vivíssimas crónicas, que chegou a ter em casa, à espera de as poder ler, trezentas espécies bibliográficas requisitadas à biblioteca da universidade. E foi-lhe dito, em voz baixa, que ele nem era dos piores! E poder-vos-ia até contar o caso de um advogado nova-iorquino de 58 anos que, em 1973, foi visitado em casa por um bombeiro, após ter-se verificado um incêndio noutra apartamento do edifício em que vivia. Para grande pasmo e quase horror do matador de fogos, verificou este que o Sr. Joseph Feldam, assim se chamava o advogado, tinha em casa 15 000 livros pertença da Biblioteca Pública de Nova Iorque e ainda não devolvidos. Perguntado sobre a razão de ali ter acumulado tanto livro, respondeu com simplicidade: «Gosto de ler.» Por mim, sou antes levado a crer que gostava da ideia de poder ler e que ter os livros à mão lhe

dava uma ilusão perigosa de possuir todo o saber ali registado. Não possuía, é claro - porque o saber não se possui materialmente. Nenhuma perfeição tecnológica nos poderá jamais transformar em sábios: só o nosso esforço e a nossa apetência ou necessidade interior poderão operar o milagre. E, embora possa parecer que nunca é tarde para se começar, tendo por mim a crer que, quanto mais cedo se começar, melhor. O caso de Sir Robert Walpole, que foi o primeiro primeiro-ministro da Coroa inglesa e esteve no poder vinte e um anos, de 1721 a 1742, é pungente e pode ficar como aviso. Depois de se ter afastado do governo, já com a idade de 66 anos, dirigiu-se, um dia a uma biblioteca. Aí, pegou num livro e manuseou-o durante alguns minutos, ao fim dos quais o repôs na prateleira, pegando logo a seguir noutra, que também manuseou mas, desta vez, durante menos tempo; soturnamente, pegou num terceiro volume e quase sem para ele ter olhado, devolveu-o convulsivamente à estante. De repente, rompeu em lágrimas: «Levei uma vida profissionalmente ocupada durante tanto tempo», confessaria o ex-primeiro ministro, «que perdi o gosto pela leitura - e agora que vou fazer?» Pergunta patética e mesmo trágica. Esta falta de gosto pela leitura - há quem morra sem nunca se ter apercebido sequer do problema ou, se preferirem, sem ter descoberto o espantoso prazer da leitura.

E aqui, suponho eu, que as bibliotecas poderão, de algum modo ajudar, embora não só a elas caiba ensaiar a cura deste mal. Já hoje, felizmente, inclusivamente entre nós, muito se faz, em termos de tornar as bibliotecas públicas lugares aprazíveis e de animação cultural, que vão atraindo cada vez mais e mais utentes, eventuais aquisidores de um gosto que jamais perderão. Através de exposições, concertos, debates, colóquios, maratonas de 24 horas e outros eventos equivalentes, tenho pessoalmente verificado, por esse país fora, uma abertura das bibliotecas a um público que vai gradativamente perdendo o receio de se aproximar daqueles locais outrora soturnos, hostis e até assustadores. Equipadas já grande parte delas com a utensilagem mais moderna e dirigidas por gente mais nova e em sintonia com as novas tecnologias de informação - sem que isso implique a abolição do livro clássico -, apostadas na democratização do saber e no valor deste como factor de desenvolvimento, as nossas bibliotecas estão-se decididamente constituindo em activas promotoras da difusão do conhecimento, como valor e como prazer, em oposição àquele conceito de passivo armazenamento do pensamento congelado à espera de que o descubram e o descongelem. Possam as discussões, sugestões, e propostas nesta matéria trazer ao universo da leitura tantos deles ainda hoje arredados, sem sequer suspeitarem de quão acessível (e intenso) é o prazer que um livro pode dar e de quantas aventuras interiores se sentirão absurdamente excluídos só porque não fomos capazes de, por via simples e sedutora, lhes mostrarmos o caminho certo. Possam, um dia, todos os que hoje ainda estão de fora compreender o sentido profundo desta curta e emocionante passagem de um livro de Virginia Woolf, com que fecho esta minha modesta crónica: «Tenho algumas vezes sonhado», diz a grande romancista inglesa, «que no dia em que o Dia do Juízo amanhecer e os grandes conquistadores e juristas vierem receber as suas recompensas - as suas coroas, os seus louros, os seus nomes gravados indelevelmente no mármore imperecível - o Altíssimo se virará para S. Pedro e dir-lhe-á, não sem uma certa inveja, quando nos vir a nós aproximar-nos com os nossos livros debaixo dos braços: "Olha, estes não precisam de recompensa. Não há nada que possamos dar-lhes. Eles já gostam de ler."»

